

Maria José Azevedo Santos

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

## *Algumas considerações sobre a difusão da escrita no tempo das Descobertas \**

### Resumo

Se a escrita é um sinal do tempo, como escreveu José Maravall, urge estudar com profundidade o tempo da Expansão Portuguesa do ponto de vista da difusão social activa e passiva desse extraordinário saber prático e poder múltiplo. Nas páginas que se seguem, apresentam-se dados inquestionáveis, a par de algumas interrogações, sobre a relação estreita entre a economia e a administração da sociedade quatrocentista portuguesa e o progressivo aumento, qualitativo e quantitativo, dos que escrevem e daquilo que se produz, ainda que a hegemonia das formas de informação e comunicação continuasse a passar pela voz e pelo gesto.

### Abstract

If writing is a sign of the times, as stated by José Maravall, it is urgent that an in-depth study be conducted on how the extraordinary practical knowledge and manifold powers achieved during the Portuguese Discoveries were socially disseminated, both actively and passively. This paper introduces a number of undisputed facts, as well as some issues concerning the close relationship between 15<sup>th</sup> century Portuguese economy and social administration, and the increasing quality and quantity of writers and texts produced, despite the fact that information and communication channels remained predominantly oral.

O século XV português jamais poderá ser totalmente entendido se não avaliarmos o papel que a escrita desempenhou na dinâmica nacional dos diver-

---

\* Uma versão deste trabalho foi recentemente apresentada nas *Jornadas Henriquinas – Viver em Portugal no século XV*, organizadas pela Comissão Municipal dos Descobrimentos e pela Câmara Municipal de Lagos (10-12 de Novembro de 2003, Centro Cultural de Lagos). Publico-o, aqui, por amável convite da Comissão organizadora da obra *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, na certeza de que ele não passa de um símbolo da admiração, da gratidão e, sobretudo, da amizade de sempre que devo ao Mestre e Historiador que há cerca de duas décadas acompanha os meus principais passos e momentos, quer universitários e académicos, quer mesmo pessoais ou familiares. Como lhe agradeço, *ex corde*, Doutor José Marques.

sos níveis da vivência quotidiana da sociedade<sup>1</sup>. Como em nenhum outro tempo, o saber e o poder da escrita apresentaram-se a todos, homens e mulheres, leigos e eclesiásticos, nobres e mercadores, como uma exigência indispensável e insubstituível para organizar, administrar e gerir casas, bens, receitas ou despesas. Longe iam os tempos em que era necessário exaltar as vantagens práticas das letras sobre a palavra<sup>2</sup>. Na centúria de Quatrocentos, os homens já tinham ganho consciência plena do poderio dessa forma de comunicação, do seu fim útil e, acima de tudo, da sua capacidade de legitimar, de provar ou de fixar direitos e deveres<sup>3</sup>.

A iconografia, entre outras fontes, dá-nos a conhecer as principais características materiais da produção de cartas e livros. Assim, ao determos o nosso olhar sobre aquelas iluminuras que elegeram a escrita como motivo pictórico, não podemos deixar de assinalar como a maior parte delas revela um mundo diferente do passado, pelos espaços de ler e de escrever, pelo mobiliário, pela multiplicidade dos materiais-suporte e instrumentos. Quanto aos primeiros, pergaminho e papel disputam a primazia. Contudo, ao certo, nunca saberemos qual dos dois foi mais utilizado embora haja dados inquestionáveis. Por exemplo, o primeiro era matéria subjectiva predominantemente usada nas chancelarias régias, enquanto o segundo era o preferido pelas chancelarias menores da administração pública ou privada.

Mais concretamente, diga-se que o pergaminho de coiro dava corpo aos livros de registo da chancelaria régia, aos livros de notas de tabeliães, aos livros litúrgicos e a cartas régias ou episcopais de carácter mais ou menos solene. Em contrapartida, o pergaminho de pano, designação dada ao papel, devido à matéria-prima utilizada no seu fabrico, recebia escritos sobretudo de natureza contabilística como recibos, livros de receita e despesa, róis de pessoas ou impostos, tombo de propriedades, entre outros. Mas não eram só os centros de produção e a natureza dos documentos que estariam na origem da preferência de um pelo outro. Com efeito, o pergaminho era um material resistente, acrescentava força à força da escrita, mas, apesar disso, o papel, na sua fragilidade física, vencia-o pelo custo significativamente mais baixo.

Todavia, quer um quer o outro não podiam dispensar nem as penas nem as tintas para que realmente a escrita nascesse. Quanto às primeiras, sabe-se que

---

<sup>1</sup> Cfr. Armando Petrucci, *Scrittura e popolo nella Roma barocca (1585-1721)*, Roma: Quasar, 1982, p. 9.

<sup>2</sup> Veja-se Saul António Gomes, "Fida memoriae custos est scriptura". As "arengas de memória" na documentação régia portuguesa nos séculos XII e XIII", separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, 2001, pp. 9-49.

<sup>3</sup> Cfr. da minha autoria "A escrita do bem e o bem da escrita na Santarém de Quatrocentos", in *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabítana durante o Antigo Regime*, Câmara Municipal de Santarém, 2000, pp. 110-119.

eram comercializadas aos molhos, às dúzias e a preços muito baratos. Paralelamente, a tinta de escrever, geralmente de cor negra e de natureza ferro-gálica<sup>4</sup>, era comprada, em barriletes, nos principais centros urbanos.

De posse da triarquia da escrita, os homens da Expansão Portuguesa executam letras elegantes, semi-cursivas ou cursivas, góticas ou humanísticas.

O século XV, como em muitos outros aspectos, é, graficamente, um período de chegada e de partida. Por isso, podemos falar de formas históricas de escrever, aquelas escritas-padrão, canonizadas e que têm na gótica librária o seu emblema, e, paralelamente, de formas individuais e personalizadas. É admirável podermos hoje ver e sentir as escritas de homens como a do Infante D. Henrique e seus irmãos (D. Duarte, D. Pedro, D. João e D. Fernando)<sup>5</sup>, de Rui de Pina, de Fernão Lopes, de Pêro Vaz de Caminha, de Mestre João, de Pedro Álvares Cabral, de Vasco da Gama, de Gomes Eanes de Zurara e de tantos outros.

As suas escritas, conhecidas, no caso de alguns deles, apenas pelas assinaturas autógrafas, são uma marca pessoal, o único retrato que de si próprios nos deixaram, mas são também um sinal de diferenciação social e de reprodução de uma certa hierarquia sócio-cultural.

No campo das tipologias gráficas, merece uma referência especial a chamada escrita minúscula humanística, forma histórica de escrever e produto do movimento cultural do humanismo italiano. Esta letra, cujas mais remotas origens devem procurar-se nas pré-humanísticas daqueles que a historiografia consagrou como os primeiros homens do Renascimento (Dante, Petrarca e Coluccio Salutati), foi criada por Poggio Bracciolini e constituiu, sem êxito, uma tentativa de renascimento da escrita *antiqua*, a carolina<sup>6</sup>.

Mas prosseguindo, diga-se agora que, os Descobrimentos, como todos sabemos, desencadearam um conhecimento de novas terras e gentes, um aumento de circulação de pessoas e de mercadorias, um incremento do comércio interno e externo, um crescente uso da moeda, enfim uma mentalidade por um lado, quantitativa (medir, contar, calcular, inventariar) e, por outro, narrativa e descritiva<sup>7</sup>. Era, pois, natural, dado o conseqüente aumento de burocracia e complexidade administrativa e política, que tudo aquilo arrastasse e exigisse uma

<sup>4</sup> A receita da tinta de escrever portuguesa mais antiga que se conhece é datável de 1464 (Maria José Azevedo Santos, *Da visigótica à carolina – a escrita em Portugal de 882 a 1172*, Lisboa, 1994, p. 303.

<sup>5</sup> Veja-se da minha autoria, "A cultura portuguesa no século XV. Da Universidade à Corte", separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. I, Coimbra, 1996, pp. 243-274.

<sup>6</sup> A este propósito veja-se um interessante estudo do nosso Homenageado "L'écriture de Francesco Cavalcanti, une nouveauté au Portugal, 1482", separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. XII, Porto, 1995, pp. 151-182.

<sup>7</sup> Cfr. Vitorino Magalhães Godinho, "Os Descobrimentos: inovação e mudança nos séculos XV e XVI", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 2 de Jul.-Dez., 1978, pp. 1-28.

acentuada expansão do uso da escrita além de uma multiplicação, até aí nunca vista, de centros de produção de documentos e de profissionais da *ars scribendi*.

Dêem-se alguns exemplos. A par da chancelaria régia, centro de produção de documentos do Reino de Portugal, que, para se distinguir de tantas outras, passa a ser designada por chancelaria-mor, prolifera uma rede de chancelarias (episcopais, monásticas e particulares) onde a escrita e o escrito funcionavam como a base de toda a organização governativa. Refiro-me àquelas das alfândegas, dos armazéns, dos almoxarifados<sup>8</sup>, e, mais concretamente, à da Casa da Índia, centro de todo o comércio e administração do Ultramar, que possuía mesmo um arquivo e um departamento de contabilidade e de preços, e, onde trabalhavam por Regimento de 1509, cinco escrivães. Mas também quero aludir à da Casa de Ceuta, à da Casa da Guiné e da Mina e à da Casa dos Escravos cuja governação dependia, por inteiro, da escrita que acompanhava o afã diário que nelas se vivia.

Em todas estas repartições havia uma mão-de-obra, mais ou menos especializada, uma verdadeira mola vital, ou seja, os escrivães. Documentam-se às dezenas, uns, individualizados pelo nome, outros, tão-só pelo cargo. Estão neste caso os escrivães do rei, do abade, do bispo, do desembargo do paço, da câmara real, da câmara do príncipe, dos armazéns e taracenas de Lisboa, dos concelhos, das confrarias, e muitos outros.

Eles são o sinal maior do sobre emprego da escrita cada vez mais omnipresente e onnipotente<sup>9</sup>. Mas o seu principal património, o de saber escrever, era ainda partilhado, entre outros, pelos tabeliães, sobretudo pelos tabeliães das notas ou do paço. O seu número aumentou, significativamente, por essa época, em todas as cidades do Reino e do Ultramar<sup>10</sup>. Mas se, quer o tabelião quer o escrivão, são agentes da escrita anteriores às Descobertas, é possível, contudo, afirmar que o século XV português terá levado, à semelhança do que aconteceu em Espanha e Itália, a um aumento social de indivíduos que sabiam escrever. Deste modo, aos homens tradicionalmente ligados ao saber e poder da escrita, os religiosos, os intelectuais, os profissionais, juntou-se uma nova categoria, às vezes, de cultura rudimentar, formada por mercadores, boticários, alfaiates,

---

<sup>8</sup> "Era muito conhecido e importante o almoxarifado do biscoito, alimento à base de trigo que era cozido duas vezes, daí *bis-coctus*, do latim, ou quatro no caso de viagens longas para que se conservasse mais tempo" (*A Expansão Quatrocentista*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, Lisboa, 1998, p. 143.

<sup>9</sup> Cfr. da Autora deste estudo *Ler e compreender a escrita na Idade Média*, ed. Colibri, Lisboa, 2000, p. 88.

<sup>10</sup> Conservam-se na Torre do Tombo, livros de notas de tabeliães de Azamor e de Safim do século XVI (*Núcleo Antigo. Inventário*. Elaboração de Maria do Carmo Dias Farinha e Maria de Fátima Dentinho Ó Ramos, Lisboa, 1996, p. 81). Sobre alguns aspectos do tabelionato, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, "Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico", *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Coimbra, 2001, p. 93-137.

artesãos e homens de negócios que se viram obrigados a saber escrever sobretudo para satisfazer necessidades imediatas de gestão, de economia e de administração<sup>11</sup>.

Num mundo em mudança, a escrita, pela sua suprema função de fixar, as palavras e os números, de criar memória – e ainda que uma nobreza resistente a uma novo código de comportamento social, a considerasse "património de escrivães públicos e homens inferiores" –, ganha uma considerável importância sobre as outras formas de comunicação<sup>12</sup>.

A Expansão Portuguesa foi responsável pelo aumento de centros de produção de documentos, pelo desenvolvimento da quantidade e da qualidade dos que escreviam, bem como por uma nova natureza de escritos que gerou ou intensificou.

Com efeito, as Descobertas provocaram uma documentação de natureza específica que, infelizmente, em grande parte, se perdeu. Citem-se, primeiramente, os atlas, os roteiros<sup>13</sup>, os diários de bordo, as cartas de seguro, os livros de receita e de despesa, e as cartas missivas, de que as de Pêro Vaz de Caminha e Mestre João, dando notícia ao Rei do achamento do Brasil, são dois dos testemunhos mais emblemáticos deste género histórico. Género histórico que ganha grande expressão no vaivém de novas e mensagens que a tripulação dos navios expedía e recebia. Era o correio que se conhece bem para a Carreira da Índia em cujas armadas nunca faltava a figura do escrivão<sup>14</sup>.

Directamente ainda relacionadas com as Descobertas, e o intenso comércio interno e externo que provocaram, aluda-se às actividades financeiras (o 1º banco português surge em 1465) dependentes de um múltiplo e variado conjunto de documentos como cartas de câmbio, cartas de promessa de pagamentos, cartas de empréstimos de dinheiro, cartas de quitação, cartas de dívidas e muitas outras.

Enfim, apesar de tudo, diga-se que a sociedade portuguesa quatrocentista era ainda dominada pela oralidade. No entanto, este facto não impediu, de forma alguma, a expansão dos usos sociais activos e passivos da escrita ainda que marcada, ontem como hoje, por uma acentuada diferenciação de sexo e hierarquização sócio-cultural<sup>15</sup>.

<sup>11</sup> Cfr. Antonio Castillo Gómez, *Escrituras y escribientes. Prácticas de la cultura escrita en una ciudad del Renacimiento*, Canarias, 1997, p. 303 e ss.

<sup>12</sup> Cfr. Maria Luz Mandígorra Llavata, "Escribir y administrar. La gestión hospitalaria y el recurso a la escritura", *Signo. Revista de Historia de la cultura escrita*, Alcalá de Henares, 1, 1994, pp. 91-111.

<sup>13</sup> Embora não pretenda arrolar, aqui, todas as edições que destas fontes têm sido feitas, merece referência especial, por ser da autoria do nosso Homenageado, *O Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia. Leitura crítica, notas e estudo introdutório*, Porto, 1999.

<sup>14</sup> Veja-se Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, "A vida a bordo na Carreira da Índia" (séc. XVI), separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 1988, pp. 36 e ss.

<sup>15</sup> Sobre este aspecto pode ler-se da nossa autoria *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa da Rainha D. Catarina de Austria (1526)*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004.

Em conclusão, no tempo das Descobertas a escrita ainda não era uma necessidade vital mas era, sem dúvida, uma necessidade social que ajudava o homem a viver melhor.